

Correio Sindical Mercosul, n 132 - de 13/10 a 19/10/02

Lula tem a preferencia de 64% dos votos válidos - O candidato à Presidência Luiz Inácio Lula da Silva lidera com folgada margem a disputa neste segundo turno, segundo pesquisa Datafolha divulgada há pouco. Lula, que teve 46,44% dos votos válidos no primeiro turno, saltou para 64% dos votos válidos, segundo o levantamento. O candidato José Serra, do PSDB, está com 36% dos votos válidos, contra os 23,20% registrados nas urnas no último domingo.

Considerando os votos totais, Lula conta com 58% das intenções de voto, 26 pontos percentuais à frente do tucano, que tem 32%. Os votos em branco e nulos somam 4%. Os indecisos representam 6% dos entrevistados.

Veja no anexo mais dados sobre as eleições de 2002 e série histórica (1994/2002) das eleições presidenciais e para a Câmara e o Senado.



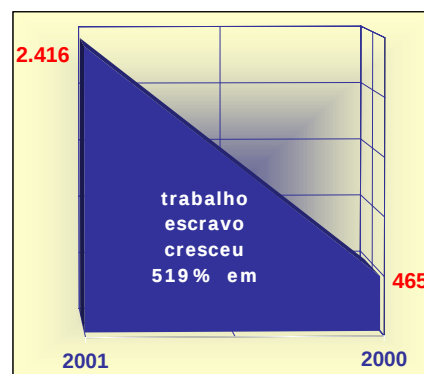
Profesores brasileiros ganham mal - O salário médio do professor brasileiro em início de carreira é o terceiro mais baixo em um total de 38 países desenvolvidos e em desenvolvimento comparados em um estudo da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) divulgado em Paris. Segundo o estudo, apenas Peru e Indonésia pagam salários menores a seus professores no ensino primário -que equivale a 1ª à 6ª série do ensino fundamental- do que o Brasil. O salário anual médio de um professor na Indonésia é US\$ 1.624. No Peru, esse valor chega a US\$ 4.752. No Brasil é de US\$ 4.818. O valor no Brasil é metade do encontrado nos vizinhos Uruguai (US\$ 9.842) e Argentina (US\$ 9.857) e muito abaixo da média dos países desenvolvidos, onde o maior salário nesse nível de ensino foi encontrado na Suíça (US\$ 33.209). O resultado do Brasil melhora um pouco quando se compara os salários no topo da escala de professores do ensino médio. Nesse nível de ensino, há sete países que pagam salários mais baixos do que o Brasil, em um total de 38. Para chegar a esses valores, a Unesco usou 99 como ano para comparação. Os valores em dólares foram calculados considerando o PPP (sigla em inglês para poder de paridade de compra). Esse indicador leva em conta o custo de vida em cada país. Por isso, o salário em dólar de um professor, segundo o estudo, não pode simplesmente ser convertido para real com base na cotação oficial. "A formação dos educadores é praticamente feita por eles mesmos. Quem ganha tem de assumir até três empregos e não pode se dedicar. Há relação direta entre salário do professor e desempenho dos alunos", diz Juçara Dutra Vieira, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. Em São Paulo, o acúmulo de aulas em escolas públicas chega a 64 aulas semanais. (Folha de S. Paulo, 8-10-02).

10 mil trabalhadores vivem em condição de escravidão

- O Brasil do século 21 exibe dados vergonhosos: o número de trabalhadores em condição de escravidão chega a 10 mil, concentrados no Norte e no Nordeste. A informação é da Comissão Especial para o Combate ao Trabalho Escravo do Ministério da Justiça. No Pará, 75 denúncias de trabalho escravo foram registradas neste ano, envolvendo mais de 3.000 pessoas, mais do que o dobro de 2001, informa a Comissão Pastoral da Terra.

Há denúncias de que o Ministério do Trabalho colocou em marcha lenta as fiscalizações por falta de verba e por interferência de políticos. Desemprego elevado e falta de punição para quem escraviza ou explora o trabalhador são as principais razões apontadas por quem combate o trabalho forçado para justificar a presença de "escravos" no país. Há ainda, dizem eles, descaso do governo para tratar do assunto, apesar de ter reconhecido oficialmente o problema em 95. No Pará, os fazendeiros utilizam os "escravos" para a derrubada de florestas para a criação de pastos. "A escravidão aumenta porque não existe alternativa de emprego", afirma o frei

Veja os números



Xavier Plassat, coordenador da campanha contra o trabalho escravo da CPT. De 1995 a 2002, 4.900 "escravos" foram libertados pelos grupos móveis que integram o Gertraf (Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado), formado por sete ministérios, entidades não-governamentais e sob coordenação do Ministério do Trabalho. Desse número, 1.468 foram resgatados só neste ano. (Folha de S.Paulo, 8-10-02)

El campo y sus industrias están tomando gente- En medio de una fuerte expulsión de mano de obra que se refleja en los peores indicadores sobre empleo de la historia, algunos sectores comienzan tímidamente a mostrar necesidades de personal. La lista es pequeña y la integran aquellas actividades que mejoraron su perfil exportador y su rentabilidad a partir de la devaluación. El campo y sus industrias vinculadas (en especial la frigorífica) son responsables de casi el 50% de las exportaciones. Por eso primorean en la lista. Otro sector vinculado al agro que registra cierto movimiento es el de tractores y repuestos. (Clarín, 08/10/02).

Situación laboral en Argentina - En setiembre 56.300 personas perdieron sus puestos de trabajo. La cifra significa una suba del 121% en relación a agosto. El grueso de los despidos se localizó en la actividad comercial, en la construcción y en los expendedores de combustibles. En tanto, las ramas industriales que concentraron las mayores suspensiones fueron la automotriz, electrodomésticos, textil, calzado y metalurgia. Con estos datos, 470.000 trabajadores perdieron sus empleos durante los primeros nueve meses del año, una cifra récord. También por el incremento del desempleo hubo un fuerte desarrollo de actividades informales o no registradas, lo que está llevando a un aumento de los empleos "en negro". (Clarín, 08-10-02).

Inflação, freada e desemprego travam ganho salarial -Pesquisa nacional do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos) mostra que 59% das 248 categorias profissionais que fizeram acordos de janeiro a junho deste ano obtiveram reajustes iguais ou acima do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) do IBGE. Ou seja, 146 categorias ganharam ou zeraram a variação do índice nos 12 meses anteriores a cada data-base.

Em 1999, pouco mais de metade (55%) das categorias pesquisadas havia conseguido repor a inflação nos salários e em 2000 e 2001, o percentual de acordos que obtiveram esse mesmo resultado foi de 68%.

"A inflação, em patamares acima de 9% [pelo INPC] no primeiro semestre, combinada ao desemprego, emperrou as negociações salariais. Se os dois crescem, bons acordos são mais difíceis. O resultado positivo vem com o crescimento da economia", disse Wilson Amorim, coordenador de atendimento técnico do Dieese.

O levantamento mostra também que 56,4% (140) das categorias tiveram reajustes no intervalo de 2% acima ou 2% abaixo do INPC no primeiro semestre de 2002 contra 84,5% no mesmo período de 2001. Entre os acordos feitos acima da inflação, 28% tiveram reajustes de até 2%. Em apenas duas negociações coletivas houve aumento salarial acima dos 5%. Os melhores resultados, segundo o Dieese, foram os de setores beneficiados pelo câmbio como calçados e alimentação -aumentaram as exportações e suprimam o mercado interno.

Por setor, as categorias ligadas à indústria e ao comércio conseguiram mais sucesso neste ano do que as de serviços. Enquanto 66,4% dos acordos na indústria e 65,7% no comércio obtiveram reajustes igual ou acima da inflação, só 40% de serviços conseguiram o mesmo desempenho. A explicação é a queda no rendimento do trabalhador. No primeiro semestre de 2001, os acordos foram melhores para todos os setores: 93% das categorias ligadas ao comércio, 73% das relacionadas à indústria e 66% das da área de serviços conseguiram repor a inflação.

Para o presidente da CUT, João Felício, os sindicatos não devem negociar a manutenção de empregos em troca de reajuste. "Sem recuperar o poder de compra, a economia não volta a crescer e o desemprego sobe ainda mais". João Carlos Gonçalves, presidente em exercício da Força Sindical, acha que o movimento sindical deve ficar na defensiva neste semestre reafirma a estratégia de unificar a campanha salarial com outras centrais e diz que "a tendência será a de negociar ganhos sociais, como a participação nos lucros." (FSP, 10/10/02)

AEBU reanuda acciones ante cercana decisión sobre bancos -A poco más de 15 días de que venza la suspensión de los bancos Comercial, de Crédito, Montevideo y Caja Obrera, el sindicato bancario retomó la campaña pública advirtiendo sobre los perjuicios que provocaría el cierre de alguna de esas instituciones. En tanto, esta semana el gobierno recibirá el informe preliminar de ING Bank sobre el estado de situación de las entidades —a excepción del de Crédito— y en esferas financieras se daba por descontado que una institución estadounidense y una brasileña oficializarán su interés en capitalizar el Comercial. El ministro de Economía, Alejandro Atchugarry, descartó de plano cualquier posibilidad de extender el plazo de prórroga de los bancos suspendidos. "El plazo vence el 25 de octubre y vence el 25 de octubre", dijo el funcionario, que argumentó la decisión en que el Estado está "absorbiendo un gasto de funcionamiento" en tanto no hay una solución para la situación de los cuatro bancos.

En la víspera la Asociación de Empleados Bancarios del Uruguay (AEBU) reeditó su campaña pública alertando sobre los perjuicios que, desde su punto de vista, traería aparejado el cese de actividades de las cuatro instituciones. A través de volantes titulados con la frase "¿País o no país? Esa es la cuestión", AEBU insistió en señalar las consecuencias que tendría la liquidación de las instituciones actualmente suspendidas. El dirigente sindical, Juan José Ramos, dijo que el objetivo de la movilización fue mantener informada a la población y "alertar de que no está todo dicho" respecto a los bancos suspendidos. En la comunicación el gremio afirma que su "denuncia sobre las consecuencias que tendría el cese de actividades de los bancos suspendidos se confirma a lo largo de todo el país: estancamiento de la actividad económica, aumento del índice de desempleo, crisis en el sistema de salud, progresiva parálisis en la construcción, imposibilidades de realizar plantíos de estación por falta de financiamiento". (*El Observador*, 9-10-02)

Juez ordena detención de cuatro sindicalistas- Cuatro sindicalistas fueron imputados y el juez Alcides Corbetta dispuso ayer a la tarde la detención de los mismos, según fuentes judiciales. Se trata de Miguel Zayas, Alberto J. Arce, Aldo Snead y Roberto Medina, bajo la acusación de responsables de los incidentes ocurridos en Fernando de la Mora y la Ruta Transchaco, por el que fueron detenidas e imputadas 68 personas. Según los fiscales, Zayas era el encargado de la manifestación realizada en la zona de la Transchaco, Arce y Snead del grupo que se manifestaba en Cuatro Mojones y Medina de los manifestantes que se encontraban en Calle Última. Los cuatro deberán presentarse a la justicia y será el juez Corbetta el que decida si corresponde que permanezcan en prisión o ser liberados como ya ocurrió ayer con parte de los huelguistas.

Taxistas liberados bajo fianza- El juez Alcides Corbetta dispuso ayer la libertad de 29 implicados en los incidentes durante la huelga de choferes, bajo la condición de que sus respectivos abogados presenten fianza personal de G. 30 millones cada uno, no se ausenten del país y se presenten a comparecer mensualmente ante el juzgado. Sin embargo, deberá permanecer privado de su libertad el argentino César Ariel Adimari, quien ingresó hace 15 días al país con intenciones de trabajar, según señaló a los policías. Sin embargo, los investigadores tienen la presunción de que es un piquetero. Todos ellos fueron imputados por los delitos de coacción, perturbación de la paz pública, perturbación de los servicios públicos y exposición a peligro del tránsito terrestre. A partir de las 9:00, continuarán las declaraciones de otros 38 detenidos que se encuentran presos en la Agrupación Especializada. (ABC Color, 13/10/02)

El 48,5% de los empleos está en negro- El 48,5% de la gente ocupada en relación de dependencia, como cuentapropista, técnico, profesional o dueño tiene empleos informales o precarios que, en su gran mayoría no están registrados o son "en negro", según el Ministerio de Trabajo. Así, sobre 7,3 millones de personas ocupadas en 49 ciudades o distritos del país que engloba la medición oficial, 3,5 millones son empleos precarios, informales, de baja o nula productividad. De este total, 1,7 millón son asalariados, 1,6 millón son cuentrapropistas y unos 200.000 son patrones o dueños. El mayor número de empleo precario corresponde a los asalariados, pero en proporción a la gente ocupada entre los cuentapropistas el trabajo informal trepa al 86%. Y entre los dueños orilla el 70%.

La medición oficial no incluye las zonas rurales donde la informalidad o precariedad supera los márgenes urbanos. Si al 48,5% de gente ocupada precaria, que no cuenta con aportes jubilatorios, se agregan los 2,1 millones de desocupados de esas regiones, el 60% de la fuerza laboral estaría en la informalidad y sin cobertura social. (*Clarín*, 09-10-02).

Empresas recortan beneficios laborales - Lejos de lograr mejoras en los ingresos para contrarrestar los efectos de la inflación, gran parte de las negociaciones que encararon empresas y sindicatos en lo que va de este año, sigue reflejando con fuerza las consecuencias de la recesión. Por ejemplo, hubo acuerdos con reducción de jornadas y de salarios, suspensiones temporarias, cláusulas de movilidad tanto funcional como geográfica, y eliminación de pagos adicionales pactados en tiempos mejores. (*La Nación*, 10-10-02).

Paulinho reassume presidência e racha sindicato dos metalúrgicos- Paulo Pereira da Silva-Paulinho, licenciado da presidência do sindicato dos metalúrgicos de SP desde 2000, volta para cuidar de assuntos políticos e da campanha salarial. Ramiro de Jesus Pinto, até agora presidente do sindicato, passa a ser responsável pela área administrativa da entidade, como primeiro vice, cargo para o qual foi eleito. A *Folha de SP* apurou que Paulinho voltou ao sindicato por pressão de uma ala de sindicalistas ligados à Força que não gosta da atuação de Jesus Pinto. O recado foi o seguinte: ou Paulinho voltava para a presidência ou seria formada uma chapa de oposição à atual diretoria na disputa do próximo mandato, que se inicia em 2004.

Sindicalistas ligados a Paulinho, entretanto, dizem que podem ocorrer mudanças na atual diretoria, com troca de cargos, como estabelece o estatuto. Na análise deles, o sindicato perdeu força política. A troca de funções depende de decisão da diretoria, não precisa ser referendada em assembléia dos trabalhadores. Com isso, o primeiro vice pode ser substituído. Elza Costa Pereira, mulher de Paulinho, que ocupa o cargo de segunda vice-presidente pode ocupar o cargo.

O retorno de Paulinho para o sindicato dos metalúrgicos, segundo vários dirigentes, também tem outros motivos: Paulinho volta a ficar em evidência depois da derrota como vice na chapa de Ciro Gomes (PPS) e quer acompanhar a negociação com a Caixa o pagamento de ação já ganha na Justiça pelos metalúrgicos de Mogi das Cruzes para repor as perdas do plano Collor 1, que envolve até agora 60 mil trabalhadores com direito a receber R\$ 12 milhões e poderia ser estendida para outros 350 mil metalúrgicos de São Paulo. (Folha Online, 14/10/02)

Sindicatos analizarán acciones en todo el país junto a los sectores barriales y ollas populares- Los gremios de la Mesa Representativa del PIT-CNT se encuentran analizando la propuesta de llevar adelante un paro general de 24 horas. Sin embargo, surgieron ahora posiciones contrarias, ya que apuntan a tener esta drástica medida "martillada" y llevar adelante una movilización junto a sectores sociales y empresariales, así como con quienes organizan las ollas populares. Se volverá a reunir el máximo órgano de dirección del movimiento sindical, entre congreso y congreso, para definir la estrategia a aplicar en el corto y mediano plazo. Las distintas organizaciones coinciden en que se debe continuar movilizado en reclamo de la reactivación productiva y laboral del país. El crecimiento de la desocupación, de los envíos al Seguro de Paro y de las familias que concurren a merenderos o comedores son los centros de preocupación que hoy tiene sobre la mesa la central obrera. El Secretariado Ejecutivo del PIT-CNT resolvió posponer la iniciativa de que el último domingo de noviembre (el 24) del corriente se realizara un "Plebiscito Nacional Popular". A través de esta consulta se procuraba solicitarle a la población que se manifieste a favor o en contra de la política económica y social del gobierno. (La República, 11-10-02).

Veja as mais notícias sindicais na pagina

(clique sobre o logo para a ir a pagina se estiver on line)



Mersocul revê Tarifa Comum Externa - O Mercosul deverá iniciar, a partir de 15 de outubro, o processo interno de revisão da Tarifa Externa Comum (TEC). A conclusão das negociações é esperada para até 15 de abril do próximo ano, quando o bloco deverá notificar de forma definitiva à Área de Livre Comércio das Américas (Alca) as tarifas de importação que servirão como base para a gradual liberalização. A revisão completa da TEC será discutida durante a reunião do Grupo Mercado Comum (GMC), composto pelos principais negociadores do bloco. O GMC espera bater o martelo sobre as tarifas preliminares que serão notificadas à Alca até o dia 15 deste mês. O prazo terá de ser obrigatoriamente cumprido, embora haja consciência de que os percentuais serão substituídos por outros, definitivos, em abril. A tendência será de o Mercosul notificar as tarifas comuns respeitadas pelos quatro países do bloco - algo que ocorre para cerca de 65% dos itens incluídos na TEC. Para os 35% restantes - os bens de informática e de telecomunicações, as exceções concedidas à Argentina e os produtos de saúde do Brasil -, serão notificados os percentuais mais elevados aplicados. A reunião do GMC deverá tratar ainda do andamento das negociações de um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a Comunidade Andina de Nações (CAN). O GMC deverá ainda avançar nas negociações do Protocolo sobre Compras Governamentais, que definirá as preferências para empresas dos quatro sócios do bloco nas licitações abertas pelos governos de cada um deles. (O Estado de SP, 09-10-02).

Mercosul define pauta para acordo caribenho- Os sócios do Mercosul definem o teor das propostas que o bloco deverá apresentar para um acordo comercial com os países caribenhos e centro-americanos. O assunto será discutido nas reuniões do Grupo Mercado Comum - órgão executivo do bloco, com poder decisório abaixo apenas do conselho que reúne os ministros de Relações Exteriores e Comércio Exterior. Também entrará em pauta o destino das negociações para a formação de uma zona de livre comércio com a Comunidade Andina (CAN). Os dois blocos voltam a se reunir entre os dias 16 e 18 deste mês. Será um encontro fundamental para delinear a possibilidade concreta de um entendimento até dezembro. Ainda falta acordo para quatro pontos. O Mercosul pede que os andinos reduzam a lista de produtos sensíveis e não admite o prazo para a eliminação completa de tarifas da CAN, que poderia chegar a 20 anos. Em troca de uma posição mais flexível por parte dos andinos, o Mercosul tomou a iniciativa de flexibilizar a sua própria postura. Normalmente, nos acordos comerciais que negocia, o bloco exige dos

parceiros um conteúdo regional de 60%. No caso dos andinos, o Mercosul está disposto a baixar essa exigência. A CAN pede que o conteúdo regional seja de 50%. (*Valor Económico*, 09-10-02).

GMC discute destino das negociações com a CAN e ALCA - Os dois blocos voltam a se reunir entre os dias 16 e 18 deste mês. Será um encontro fundamental para delinear a possibilidade concreta de um entendimento até dezembro, como insiste o governo brasileiro e já se escreveu em inúmeras cartas de intenções assinadas por ministros dos países envolvidos.

Ainda falta acordo para quatro pontos. O Mercosul pede que os andinos reduzam a lista de produtos sensíveis e não admite o prazo para a eliminação completa de tarifas da CAN, que poderia chegar a 20 anos. Esse prazo é visto como excessivamente longo e, segundo o Itamaraty, permitiria até que a Alca derrubasse antes os impostos de importação.

Em troca de uma posição mais flexível por parte dos andinos, o Mercosul tomou a iniciativa de flexibilizar a sua própria postura. Normalmente, nos acordos comerciais que negocia, o bloco exige dos parceiros um conteúdo regional de 60%. Isso significa que, se um produto vale US\$ 10, só US\$ 4 de seus insumos podem ser provenientes de terceiros países para beneficiar-se dos descontos nas tarifas de importação.

No caso dos andinos, o Mercosul está disposto a baixar essa exigência. A CAN pede que o conteúdo regional seja de 50%. O Brasil também deve adotar postura mais flexível quanto a um sistema de bandas de preço utilizado pela CAN, que hoje dificulta a entrada de produtos agroindustriais no mercado andino.

O cronograma com os andinos prevê mais duas reuniões em novembro, para um acerto final. Até sexta-feira, os sócios do Mercosul discutem ainda a revisão da Tarifa Externa Comum (TEC) que será notificada nas negociações para a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Entre 30% e 35% está "perfurada", ou seja, as alíquotas oficiais não correspondem às taxas que os países do bloco aplicam na prática.

ALCA - En su reunión de Brasil, los delegados del Mercosur también discutirán el Arancel Externo Común (AEC) que presentarán en las negociaciones para el Acuerdo de Libre Comercio (ALCA), que impulsa Estados Unidos. El Mercosur y Estados Unidos han abierto un nuevo frente de divergencias en las negociaciones para el área de libre comercio regional, cuyas tratativas presidirán Washington y Brasilia a partir del próximo mes.

Estados Unidos quiere hacer ofertas de apertura de sus mercado a nivel bilateral, mientras que Brasil y sus socios quieren la aplicación del concepto de nación más favorecida a nivel regional, es decir lo que se le ofrece a un país es aplicado a los otros miembros del ALCA. Este será, adelantan negociadores brasileños, uno de los puntos centrales de discusión de la próxima reunión ministerial del ALCA, el 1 de noviembre en Quito, Ecuador. (*Valor Económico*, *El País/Uruguay*, 10/10/02)

Bloquean productos agrícolas de Paraguay por temor a la aftosa- El gobierno argentino suspendió en forma preventiva el ingreso de productos agropecuarios desde Paraguay hasta que ese país informe acerca de un presunto foco de aftosa ocurrido en una localidad ubicada en la frontera seca entre el departamento Canindeyú (Paraguay) y el Estado de Mato Grosso do Sul en Brasil. La medida tendrá vigencia hasta que se informe y conozca la real situación sanitaria de la zona. Las medidas de restricción incluirán el control de personas y la orden de desinfectar vehículos. (*La Nación*, 08-10-02). En respuesta al bloqueo de ingreso y tránsito de productos agropecuarios paraguayos, dispuesto por el Senasa, el Ministerio de Agricultura y Ganadería del Paraguay resolvió, a su vez, impedir la importación de productos argentinos "hasta nuevo aviso". En consecuencia, la actividad en la frontera es totalmente nula, ya que el Senasa, con el apoyo de efectivos de Gendarmería Nacional y Prefectura Naval, no deja entrar ningún tipo de alimentos y revisa y desinfecta equipajes, pasajeros y objetos en los distintos puntos limítrofes con Paraguay, desde Posadas a Iguazú. (*La Nación*, 09-10-02).

As eleições do Brasil e o Mercosul –(*artigo de opinião de Félix Peña*) - O primeiro turno das eleições já manifestou a força e a vitalidade da democracia no Brasil para promover mudanças pacíficas em uma sociedade complexa. Em urnas eletrônicas fabricadas com tecnologia brasileira, milhões de cidadãos se expressaram com liberdade sobre seu futuro presidente, seus governadores e representantes no Congresso.

O exemplo das eleições no Brasil, pelo grau de participação dos cidadãos e pela amplitude do debate prévio, representa uma boa notícia para os que valorizam a democracia na América do Sul. Indica que o caminho da sociedade aberta, do pluralismo político e da liberdade de expressão é o que permite a nossos países encarar as graves dificuldades internas e externas que confrontam hoje.

Por esse motivo, os parceiros do Brasil deverão observar com atenção as definições concretas de Lula e Serra sobre como enfrentarão os sérios desafios diante do Brasil.

Procurarão demonstrar que podem gerar confiança e que possuem aquela capacidade de articulação que requer conciliar as demandas contraditórias dos mercados e dos cidadãos. Em todas as frentes - fiscal e financeira, social, de segurança interna, internacional - hoje os cidadãos dos nossos países aspiram ter

presidentes que exibam qualidades de negociação aliadas à firmeza e pragmatismo do estadista. Procuram pilotos de tempestades que saibam para onde rumar. Que gerem um otimismo razoável sobre o futuro.

O resultado final dos processos eleitorais do Brasil e da Argentina terá importância para a aliança estratégica entre os dois países, da qual o Mercosul é seu principal instrumento. É uma aliança que começou a ser construída a partir da volta das instituições democráticas. Ela continua sendo válida como forma de desenvolver um ambiente regional favorável aos esforços internos de cada um dos parceiros e de conseguir uma participação inteligente e ativa nas negociações comerciais na OMC, com os EUA na Alca, com a União Européia, com os países latino-americanos e do resto do mundo.

No caso das eleições no Brasil, os parceiros esperarão ouvir definições explícitas sobre como reverter a deterioração do Mercosul. Lula tem sido mais claro. Serra foi mais ambíguo. Sua proposta de retroceder a uma zona de livre comércio, da maneira como foi adiantada, apresenta vários problemas.

Em primeiro lugar, tem problemas técnicos e jurídicos, já que não é uma figura prevista no Tratado de Assunção. O que se negociou foi a eliminação completa de tarifas e de restrições não-tarifárias e o estabelecimento de uma tarifa externa comum, mais tarde adotada na Cúpula de Ouro Preto, tudo como um passo prévio na direção de um mercado comum, que sempre foi entendido como um objetivo de longo prazo. Se houvesse a intenção de modificar o objetivo e limitá-lo a uma zona de livre comércio, seria necessário alterar o que foi pactuado formalmente. Isso significaria renegociar tudo de novo, já que a tarifa zero dentro do Mercosul foi acordada pressupondo a preferência econômica resultante da tarifa externa comum.

Seria necessário definir quais setores seriam excluídos e o que aconteceria no caso do Nafta, seria preciso negociar regras de origem específicas, com o propósito de assegurar a eficácia de uma preferência econômica dentro do Mercosul. Em segundo lugar, cabe analisar se não estariam sendo afetados os direitos adquiridos dos que investiram, em função de uma união aduaneira.

Em terceiro lugar, seria necessário considerar a perda de credibilidade externa que poderia impregnar os novos compromissos que fossem assumidos para constituir a zona de livre comércio. Porque os cidadãos, investidores e demais países acreditariam que desta vez cumpriríamos o que havia sido pactuado, se não tivéssemos cumprido os anteriores?

Se o que se busca é uma certa flexibilização no plano das negociações comerciais, ela poderia ser obtida sem abandonar o instrumento da união aduaneira. A ambigüidade do artigo XXIV-8 do Gatt 1994 oferece espaço para a heterodoxia criativa. Por fim, nem a Comunidade Européia, nem a Nafta foram produto de livros de textos. Foram construções criativas em função dos interesses nacionais dos sócios, no âmbito de compromissos internacionais sumamente flexíveis, como os do Gatt.

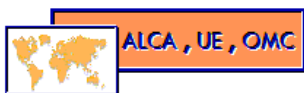
O importante é manter claro, se é que realmente se preza a aliança estratégica entre a Argentina e o Brasil, e se é que se considera que um Mercosul "modernizado" poderá ser um instrumento útil para torná-la irreversível. Se assim fosse, haveria quatro planos que exigiriam uma ação mais imediata do Mercosul. É sobre estes que os candidatos devem se pronunciar, tanto no Brasil como na Argentina. O primeiro é como conseguir uma preferência econômica efetiva no âmbito de uma união aduaneira que pode assumir múltiplas velocidades e ter geometria variável. Uma das vantagens é que permitiria negociar pragmaticamente a inclusão do Chile como membro integral do Mercosul. O segundo é como estabelecer um mínimo de disciplinas coletivas - macroeconômicas, comerciais e setoriais - que sejam implementadas na prática, restringindo a propensão a comportamentos arbitrários unilaterais. O terceiro é como obter uma maior eficácia nos mecanismos de decisão e de solução de controvérsias. E o quarto e fundamental, é como criar um clima de razoável lealdade e de confiança mútua entre os sócios, especialmente no plano de suas relações com os demais países.

Trata-se de quatro planos de ação, necessários para que os sócios do Mercosul possam encarar juntos as difíceis porém inevitáveis negociações com os Estados Unidos e com a União Européia. Negociar individualmente pode ser uma tentação atraente. Mas pode embutir custos na capacidade de negociação e na diluição de um espaço regional funcional para a democracia, para a modernização socioeconômica e para a inserção competitiva no mundo.

A diluição dos sucessos político-econômicos já obtidos com o Mercosul não parece ser uma ação recomendável ou valorizada por nossas opiniões públicas. (*Félix Peña é especialista em relações econômicas internacionais*) (Valor Econômico, 09/10/02)

Como creamos alternativas al ALCA - Marco Aurélio Garcia, ex- encargado de relaciones exteriores del PT y actual Secretario de Cultura de la Municipalidad de São Paulo, dijo en entrevista a Pagina 12 que: "El nuevo presidente de la República tendrá que enfrentar como uno de sus primeros desafíos en enero de 2003, a 15 días de la toma de mando, una fase crucial de negociación sobre la creación del Área de Libre Comercio de las Américas (ALCA). La integración que queremos debe promover la articulación de políticas industriales, agrícolas, sociales, de comercio exterior, ciencia y tecnología. A partir de ahí, debe buscar construir compatibilidades macroeconómicas que permitan en un futuro poseer una única política monetaria y más adelante una moneda única. Esa integración exigirá igualmente instituciones jurídicas para

resolver las controversias, un fuerte control y, obviamente, un parlamento elegido por el sufragio popular. Además supone políticas en las áreas de educación, salud, comunicación y cultura. Es fundamental que una integración comience por bloques menores y más homogéneos. Semejante posición coloca en el orden del día la reconstrucción del Mercosur, a partir de un fuerte nexo Argentina-Brasil. Una verdadera política de integración exigirá gestos de grandeza. Necesitará de políticas compensatorias que protejan a los países menos estructurados y garanticen una integración más armónica, sin hegemonías. El enfrentamiento en el tema del ALCA solo podría ser superado de modo consecuente si todos los sectores que se sienten afectados por este proyecto fueran capaces de resistir y presentar propuestas alternativas de integración. El ALCA exige la respuesta popular, la movilización de la sociedad, y sobre todo un nuevo plan de integración compatible y complementario con nuestro proyecto de desarrollo nacional. Las grandes cuestiones relacionadas con nuestra política externa no pueden quedar confinadas exclusivamente a las negociaciones diplomáticas. Deben ser objeto de debate en el Congreso, pero ante todo de control de la sociedad." (Página 12, 10-10-02).



Apertura agrícola de EE.UU. a Chile - Estados Unidos está dispuesto a impulsar una completa desgravación de todos sus aranceles agrícolas para productos chilenos en un plazo máximo de diez a quince años, incluso para sus productos más sensibles. Al cierre de la XII ronda de negociaciones con Chile -en Atlanta-, EE.UU. se mostró partidario de liberalizar totalmente el sector, aunque condicionándolo a una apertura gradual que respete su actual política de subsidios sectoriales. En los primeros años del acuerdo, cuya propuesta formalizaría el mes próximo, EE.UU. sólo se mostraría dispuesto a ofrecer cuotas libres de aranceles para los sectores prioritarios de la agricultura chilena -agroindustria, lácteos y carnes-que coincidentemente son parte de los rubros sensibles norteamericanos. En el primer rubro se aceptaría el ingreso preferencial de quesos y leches en polvo y descremada, mientras que en el segundo sector se privilegiarían los jugos, como el de uva, conservas y pastas. (El Mercurio, 06-10-02).

Ministro da Costa Rica diz que Alca pode ser criada sem o Brasil - A Área de Livre Comércio das Américas (Alca) poderia ser criada mesmo sem a participação do Brasil. A avaliação é do ministro do Comércio Exterior da Costa Rica, Alberto Trejos. "Se no final do processo negociador (2004), a maioria dos países quiser a criação da Alca, o acordo será assinado. Seria terrível que o Brasil ficasse de fora, mas essa é a realidade", afirmou o ministro. Segundo ele, a Alca não pode ser uma negociação entre Brasil e Estados Unidos. "Não aceitamos que o processo seja o de uma negociação bilateral e com a presença de mais 32 países. A Alca tem de ser uma negociação de 34 países", disse Trejos.

A partir do ano que vem, Brasil e EUA vão dividir a presidência das negociações, num claro sinal de que os dois governos terão um peso estratégico no formato final do bloco comercial. Trejos, que ressalta que o formato da Alca ainda não está definido, lembra que a maioria dos países da América Central chegará, em 2005, com acordos já firmados com os EUA e Canadá. Além disso, já terão concluído negociações com o Chile e com os países do Caribe. "Essa rede de acordos facilitará nossa participação em um tratado hemisférico", disse. (O Estado de SP, 09-10-02).

La Comisión Europea propone la entrada de diez países a la Unión - Son Chipre, República Checa, Estonia, Hungría, Letonia, Lituania, Malta, Polonia, Eslovaquia y Eslovenia. Es la ampliación más grande desde la creación de la Unión Europea. La Comisión Europea dio su autorización a una Unión Europea ampliada a 25 miembros en 2004, al aprobar un informe que recomienda oficialmente la entrada de 10 nuevos países, en lo que constituye la ampliación más importante de la construcción europea. Pese a las carencias que señala el informe sobre temas tan importantes como la lucha contra la corrupción, la Comisión estimó que diez países pueden estar listos dentro de los plazos previstos: Chipre, República Checa, Estonia, Hungría, Letonia, Lituania, Malta, Polonia, Eslovaquia y Eslovenia. Además, el Ejecutivo europeo sugerirá otra ampliación para 2007, que incluya a Rumania y Bulgaria. En tanto, Turquía ni siquiera está mencionada como candidata a integrar el bloque en el informe, pese a la presión ejercida por Estados Unidos. (Clarín, 10-10-02).

Crearon una alianza láctea global en contra de los subsidios - Los países que controlan un 55 por ciento de la producción mundial de leche lanzaron en la Sociedad Rural Argentina (SRA) la Alianza Láctea Global contra los subsidios agrícolas de las naciones desarrolladas, que perjudican gravemente el comercio internacional de esos productos. Con el apoyo de sus respectivos gobiernos, cámaras industriales y compañías de la Argentina, Brasil, Uruguay, Chile, Australia y Nueva Zelanda comenzaron a trabajar en la creación de una estrategia conjunta para "remover" las bases del comercio de lácteos que actualmente

propician las subvenciones a una industria ineficiente por parte de la Unión Europea (UE), los Estados Unidos y Japón.

Según los estudios de la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico (OCDE), en 2001 los gastos totales de apoyo al sector lechero fueron de 39.000 millones de dólares, que representan una vez y media el valor del comercio mundial de los productos lácteos. Por ejemplo, los productores de los países desarrollados del hemisferio norte reciben más de la mitad de su ingreso bajo la forma de subsidios derivados de impuestos o de mayores precios pagados por los consumidores. Como primer objetivo la alianza desarrollará una posición común de apoyo a la reforma del comercio de productos lácteos en el marco de la Organización Mundial del Comercio (OMC). Esta posición será presentada a los ministros de Agricultura y líderes sectoriales de los países que componen el grupo Cairns -que no subsidian su producción-, en el próximo encuentro que se celebrará entre el 18 y el 21 próximos en Santa Cruz, Bolivia.

A pesar de contar con algunas diferencias, los miembros de la alianza poseen algunos denominadores comunes. En primer lugar en ninguno de esos países se emplea el sistema de subvenciones. Por ello, reclaman una "mejora sustancial en el acceso a mercados, la eliminación de los subsidios a la exportación y una reducción significativa de las medidas de apoyo interno que distorsionan el comercio", sostienen. (*La Nación*, 05-10-02).

Bloco europeu ameaça retaliar contra o café solúvel brasileiro - O conflito comercial entre Brasil e União Européia (UE) envolvendo subsídios europeus ao açúcar pode acabar afetando exportações de café solúvel para o mercado europeu, advertem funcionários de Bruxelas.

Na busca de revide ao ataque brasileiro, a UE imaginou denunciar algum subsídio dado pelo governo brasileiro ao construtor aeronáutico Embraer, justamente o maior exportador brasileiro. Mas desistiu. "Metade do avião é fabricada na Europa, beneficiando produtores europeus", diz um negociador de Bruxelas. Agora, ao mesmo tempo em que examinam supostos subsídios ao Proálcool, funcionários europeus estudam se é o caso de suspender o acordo do café solúvel.

Por entendimento bilateral de julho de 2001, Bruxelas aceitou a entrada de 10 mil toneladas do produto brasileiro sem pagar tarifas em seu mercado este ano. No ano que vem, a cota aumenta para 12 mil toneladas e no terceiro, para 14 mil.

Em troca, os brasileiros abandonaram uma queixa contra a UE na Organização Mundial de Comércio (OMC). Brasília arquivou a reclamação de que o café brasileiro era discriminado, ao pagar tarifa de 9,5%, enquanto concorrentes da Colômbia, do Equador e de outros países da América Central entravam sem pagar taxas, graças ao "regime droga" - preferência comercial dada pela UE a esses países para ajudá-los a lutar contra a produção ilegal de drogas.

Mas o entendimento tem uma parte confidencial reconhecida como constrangedora até por Bruxelas: por cartas, a UE arrancou o compromisso de o Brasil ficar calado sobre qualquer discussão envolvendo o Sistema Geral de Preferências (SGP) europeu. (*Gazeta Mercantil-Global* 21, 10/10/02)



Para los inversores argentinos, el triunfo del PT es positivo - Para los argentinos que hacen negocios en Brasil, Lula es una buena noticia. Y en estas últimas semanas algunos pasaron del pánico al apoyo, tal como sucedió con buena parte del *establishment* brasileño.

Según el razonamiento que predomina en las industrias alimenticias líderes, si Lula apuntala el mercado interno, esa política se puede traducir rápidamente en mayores pedidos de harinas, arroz, frutas, enlatados y aceites para los argentinos. Sin embargo, en ese sector hay fuertes temores de que Lula adopte una política comercial restrictiva que castigue las importaciones más elaboradas. En ese caso, Argentina podría venderles el trigo, pero no la harina. Y el mayor peligro que ven hacia el futuro es que Brasil encare una decidida política de autoabastecimiento alimentario, con lo que disminuirían sus compras desde la Argentina.

Entre las automotrices, que con este nivel ínfimo de ventas en el mercado interno andan como un alma en pena, confían en que Lula hará que muchos brasileños pasen de la bici a la moto y desde la motocicleta al auto. El grupo Techint es aún más entusiasta. Socio de la brasileña Usiminas y con negocios en la construcción, la compañía de la familia Rocca no observa ningún escenario catástrofe.

En Techint avizoran un nuevo tipo de relación entre Argentina y Brasil que se diferencia de la actual competencia por atraer inversiones en función de la mano de obra barata. Los que más festejan el posible triunfo de Lula son los metalúrgicos: confían en su compromiso con el Mercosur. Y lo comentaron de este modo: "En cualquier parte del planeta Brasil, que es la novena economía del mundo, es importante. Lula lo hará más importante. El tiene una visión internacional y precisa el Mercosur para sentarse en la mesa de los grandes jugadores. Para Argentina ésa es una buena noticia." (*Clarín*, 09-10-02).

Fuerte ajuste de Fiat en el mundo- Grave alarma en Italia después que la Fiat Auto, ya comprometida en una de las peores crisis de su centenaria historia, anunció un plan de cierres de plantas industriales que podrían costar la pérdida de 8.000 puestos de trabajo, que se duplicarían por las clausuras de las fábricas de autopartes. La Fiat pierde en Italia y en el exterior cada vez más cuotas de mercado. Su plan de renovación sustituirá los modelos actuales recién en dos o tres años mientras las papas queman ahora. El diario económico especializado Financial Times publicó la opinión de banqueros italianos que señalaron como "inevitable" que la Fiat Auto pase a manos del gigante norteamericano General Motors, principal fabricante mundial de automóviles. La General Motors posee ya el 20% de la Fiat Auto y tiene una opción de compra total para el 2004. Pero según todos los analistas no se podrá esperar tanto tiempo si la empresa de Turín no logra revertir la actual situación. (*Clarín*, 09-10-02).

Fuerte optimismo por acuerdo con México - El acuerdo de libre comercio que Uruguay está negociando con México y seguramente se firmará en la primera quincena de diciembre, genera una muy positiva expectativa en los sectores público privado uruguayos.

Carnes- Las exportaciones a México han rondado los U\$S 70 millones anuales y en ellas ha tenido una incidencia fuerte la carne, aunque el brote de aftosa cortó el flujo comercial. Antes, México era un fuerte demandante tanto de carne como ovina y se espera que se reabra en los primeros meses del año próximo.

Lacteos - En el sector lácteo, el azteca es uno de los pocos mercados promisorios hoy en día, consideró Romeo Chocho, gerente comercial de Bonprole (una alianza entre la empresa francesa Bongrain y Conaprole que fabrica quesos). "Venezuela, que era un mercado importante, hace ocho meses que no entrega licencias de importación. El mercado regional, que absorbía el 70% o más de la exportación, desapareció. Otros mercados como Estados Unidos o Canadá, ponen trabas y otros son demasiado pequeños. México es una de las pocas alternativas", explicó.

Textiles - César Lavagnino, dirigente de la Asociación de Industrias Textiles del Uruguay que estuvo recientemente en México, dijo que el sector tiene la esperanza de que en el marco del nuevo acuerdo se supriman los cupos, porque "hace años que se vienen cumpliendo y se supone que la demanda va a ser creciente". Anualmente se exportan unos U\$S 8 millones de tejidos de lana a México, país que puede cumplir un rol fundamental en un momento en que "Argentina no está funcionando y con Brasil se opera con dificultades", dijo Lavagnino. Los productos uruguayos enfrentan, en este caso, la competencia de tejidos de calidad italianos que se benefician del acuerdo comercial vigente entre México y la Unión Europea, lo que les permite ingresar al mercado del país norteamericano sin aranceles. En cuanto a los tejidos de calidad algo inferior, la competencia proviene fundamentalmente de los países asiáticos.

Autos - El acuerdo automotor al que Uruguay llegó con México y que le asigna cupos de exportación de vehículos para vender a aquel país, puede actuar además como un elemento que aliente la radicación de inversiones industriales. Para aprovechar estas oportunidades, la Cámara de Industrias está organizando una nutrida misión empresarial que visitará la ciudad mexicana de Monterrey en noviembre conformada por firmas de los sectores plástico, textil, del cuero y metalmecánico, informó el gerente de la gremial, Roberto Villamil. (*El País/Uruguay*, 10/10/02)

Para ler mais notícias sindicais consulte a pagina www.sindicatomercosul.com.br
Para se comunicar conosco escreva a msilvia@uol.com.br